



## **O canto orfeônico na instrução pública do Espírito Santo (1928-1930): vestígios de histórias não contadas<sup>1</sup>**

MODALIDADE: COMUNICAÇÃO

SUBÁREA: EDUCAÇÃO MUSICAL

*Ademir Adeodato*

*UNIRIO/IFES - ademir.adeodato@ifes.edu.br*

**Resumo:** Refere-se a uma pesquisa de caráter histórico que investiga a oferta do ensino musical nas escolas públicas do Estado do Espírito Santo, entre 1843 e 1930. O estudo tem como referencial metodológico o paradigma Indiciário de Carlos Ginzburg (1989). Nesse texto apresentaremos dados levantados sobre o projeto *Orpheões Escolares* (práticas musicais através do canto coral que se pautavam pedagogicamente no *Método Analítico*). A iniciativa foi desenvolvida entre os anos de 1928 e 1930, sob a coordenação do paulista Carlos A. Gomes Cardim.

**Palavras-chave:** Canto orfeônico. Instrução pública capixaba. História da educação musical. Pesquisa histórica.

**The Orpheonic Singing in Public Instruction of the Espírito Santo (1928-1930): traces of untold stories**

**Abstract:** It refers to a historical research study investigating the provision of music education in public education the state of Espírito Santo, between the years 1843 and 1930. The study is methodological reference the Evidential Paradigm of Carlo Ginzburg (1989). In this text we will expose a cut of the data already collected for the Orpheões School musical education project. This action is pedagogically - guided in Analytical Methodo and was developed between the years 1928 and 1930 under the coordination of Carlos Alberto Gomes Cardim.

**Keywords:** Orpheonic singing. Capixaba public education. History of music education. Historical research.

### **1. Introdução**

No campo da história da educação Musical brasileira temos um número considerável de trabalhos que buscaram analisar o projeto de educação musical: Canto Orfeônico, proposto por Villa Lobos, em âmbito nacional, a partir da década de 1930 (JARDIM, 2003). Evidentemente, não há dúvida do valor histórico desse movimento, contudo, mostra-se igualmente importante a ampliação do número de pesquisas que investiguem experiências de ensino musical escolar em outros espaços e tempos históricos.

Esse trabalho se insere nessas discussões, pois trata de uma pesquisa de caráter historiográfico, por meio da qual se investiga o espaço ocupado pelo ensino musical na rede de ensino público do Estado do Espírito Santo. Para tal, parte-se de duas questões centrais, quais sejam: 1) como se processou, historicamente, a oferta do ensino musical nas escolas públicas do Espírito Santo? 2) como a construção desse saber foi articulada aos objetivos e as finalidades dos projetos educativos aos quais se vinculou?

A pesquisa parte do ano de 1843 (criação da primeira escola secundária do ES) e vai até 1930 (governo de Borges de Aguiar, no qual ocorreram relevantes ações para inserção do ensino musical nas escolas capixabas). Porém, nesse texto, apresentaremos apenas um dos projetos musicais desenvolvidos: os *Orpheões Escolares*, desenvolvido de 1928 até 1930 e coordenado por Carlos Alberto Gomes Cardim<sup>2</sup>. Essa ação se deu por meio das práticas de canto coral e foi pautada nas orientações pedagógicas do Methodo Analítico.

Para produzirmos um estudo historiográfico que compreenda a utilização e a problematização das fontes acerca da temática definida para essa pesquisa recorreremos às ideias de Carlo Ginzburg (1989), Michel de Certeau (2006) e Marc Bloch (2001). Por meio destes autores, temos buscado problematizar os vestígios e rastros do processo de configuração dos espaços e tempos que constituíram o ensino musical nas escolas públicas secundárias do Espírito Santo, no período aqui definido. Suas reflexões permitem uma compreensão do fazer historiográfico que associa a prática do historiador à narrativa produzida, sendo o desenvolvimento da primeira o fundamento que constitui o produto final da pesquisa. A compreensão do que é História para os autores acima mencionados refuta a ideia de sistematizações totalizantes, que concebem o conhecimento histórico a partir de visões acabadas e caminha no sentido da produção de verdades históricas circunscritas ao limite das pesquisas e influenciadas pelo presente do historiador. Assim, o desenvolvimento da pesquisa tem se dado por meio do Método Indiciário de Carlos Ginzburg (1989).

Recorrendo a Michael de Certeau, em suas reflexões sobre a operação historiográfica, Nunes e Carvalho (1993) explicitam que, [...] a história começa com gestos de separação, reunião e transformação em ‘documentos’, de certos objetos que ganham nova distribuição num certo espaço (NUNES; CARVALHO, 1993: 27). Nesse sentido é preciso reconhecer que as fontes não são neutras; são documentos que, segundo Le Goff (2003), constituem-se em monumentos construtores de memória. Sobre isso vale a pena recuperar as observações de Bloch (2001),

A despeito do que às vezes parecem imaginar os iniciantes, os documentos não surgem, aqui ou ali, por efeito [de não se sabe] qual decreto dos deuses. Sua presença ou ausência em tais arquivos, em tal biblioteca, em tal solo deriva de causas humanas que não escapam de modo algum à análise e aos problemas que sua transmissão coloca (BLOCH, 2001: 83).

De forma mais ampla temos recorrido às reflexões propostas Chervel (1990) e Julia (2001). Tais estudiosos ressaltam a importância da pesquisa histórica sobre o currículo e as disciplinas como geradores de uma cultura escolar interna autônoma, e não apenas como

reprodutora de condicionantes externos. Chamando a atenção para o problema do anacronismo na História das disciplinas escolares, Julia adverte que para se apreender os seus significados: “devemos estar atentos a definir com precisão seu estatuto de historicidade e tentar reconstruir os dispositivos disciplinares em sua coerência própria e em suas inter-relações à época em que eles foram instalados” (2001: 44).

Tanto Bloch (2001) quanto Ginzburg (1989) destacam a importância metodológica de se recorrer a variados tipos de fontes para o levantamento de dados. Assim, temos nos debruçado sobre um conjunto diversificado de documentos, os quais foram localizados no Arquivo Público do ES e em algumas escolas da capital do Estado. Dentre eles destacamos: a legislação educacional capixaba (leis, decretos, regulamentos, regimentos, etc.); documentos oficiais diversos (ofícios, atas, requerimentos, livros de ponto e registros de dados estatísticos); e, principalmente; os Relatórios dos Presidentes do Estado e dos Diretores da Instrução Pública do ES. Além dessas fontes oficiais, selecionamos quatro grandes jornais que do período delimitado. São eles: o *Correio da Vitória* (1842-1873), o *Horizonte* (1872-1910), o *Commercio Espírito Santense* (1891-1910) e o *Diário da Manhã* (1908 – 1937).

### **3. Gomes Cardim e os Orfeões Escolares: novos rumos para a música nas escolas capixabas**

No início do século XX, com a ampliação da divulgação dos ideais republicanos no Brasil, o ensino de música passou a ganhar mais espaço nos currículos escolares (JARDIM 2003). No Espírito Santo essa situação não se deu de forma diferente, uma vez que a oferta dessa linguagem nas escolas passou por um significativo processo de ampliação.

Por meio da Lei nº 1.693 de 1928, o Governador Borges de Aguiar (1928-1930), com o apoio do Secretário da Instrução Pública Atilio Vivacqua, iniciou uma ampla reforma no ensino, a qual foi pautada nas concepções pedagógicas da Escola Nova<sup>3</sup> (SALIM, 2009). Levando-se em consideração a abrangência das ações e os recursos disponibilizados é possível afirmar que essas reformulações deram ao ensino musical um espaço inédito na história da instrução pública capixaba. O que se viu foi não só a ampliação, mas uma total reestruturação desse conteúdo. Nas palavras do Secretário da Instrução, em 1929, temos que: “A música tem sido objecto da mais constante atenção do governo. Além do seu ensino em todas as escolas do Estado vão ser creados os Orpheons Escolares, os Corpos Coraes e a Orchestra Synphonica Escolar, destinadas a funcionar nos Grupos Escolares e nas escolas reunidas” (VIVACQUA, 1929: 18).

A primeira e uma das mais importantes iniciativas de Vivacqua para a realização dessas ações foi a contratação de Gomes Cardim. A medida visava garantir que a reestruturação do ensino musical fosse coordenada por um especialista nesse campo (VIVACQUA, 1929). Dentre as ações realizadas pelo educador paulista, destacam-se: formação de professores; contratação de profissionais especializados em música; implantação de novas metodologias de ensino; disponibilização de recursos e materiais pedagógicos, e; ampliação da oferta do ensino musical nas escolas primárias e secundárias (principalmente na formação docente). Inspirando-se nas experiências de ensino musical realizadas na instrução pública do Estado de São Paulo – das quais havia participado ativamente – Cardim colocou em curso, dentre outras ações, a implementação do projeto *Orpheões Escolares*. As vivências de Cardim nesse ramo foram assinaladas por Lemos (2005),

No território brasileiro, os primeiros vestígios sobre o uso do orfeão indicam que Carlos Alberto Gomes Cardim, professor diretor do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, em 1910, utilizou essa modalidade de ensino musical numa escola pública de SP. Este educador, juntamente com João Gomes Junior, construiu um método para o ensino de música nas escolas (LEMOS, 2005: 2).

A ação colocada em curso nas escolas capixabas foram pautadas nas concepções pedagógicas do Methodo Analítico e regulamentadas pelo Decreto 9.802, de 1929. Nas palavras do Governador Aristeu Borges de Aguiar, temos: “Os Orpheões Escolares foram regulamentados pelo governo do Estado, pelo Decreto 9.802, que veio preencher uma lacuna no ensino da música nas escolas” (AGUIAR, 1930: 16). Como vemos, o presidente do estado considerava que a ausência dessas práticas corais na instrução capixaba era uma lacuna a ser preenchida e assim, a solução proposta foi a organização dos *Orpheões Escolares* tanto no ensino secundário (Escola Normal), quanto no primário. Como podemos constatar em:

Art. 1º. – Ficam instituídos o Orpheão da Escola Normal “Pedro II”, composto de todos os alumnos dessa escola, e o Orpheão Infantil Espirito Santense, constituído de todos os alumnos da Escola Modelo “Jeronymo Monteiro” e dos grupos escolares do Estado que frequentam os dois ultimos annos do curso, bem como de todos os alumnos das escolas complementares.

§ Unico – A organização dos Orpheões poderá ser extendida, segundo o criterio da Secretaria, ás escolas normaes equiparadas que o requererem (ESPÍRITO SANTO, Decreto nº 9.802, 1929:1).

Pelo trecho acima podemos constatar que também intentavam estender o projeto às escolas da rede particular, especialmente as “escolas normaes equiparadas” (ESPÍRITO SANTO, 1929: 1), as quais eram subvencionadas pelo governo. Quanto às finalidades pretendidas com o projeto, o decreto indica que teria por fim:

- a) cooperar a divulgação dos hinos e canções patrióticas e da musica brasileira;
- b) fazer cantar as bellezas e grandezas da Patria e realçar o encanto das canções regionaes;
- c) despertar o gosto esthetico por meio do canto de produções artisticas rigorosamente selecionadas (ESPÍRITO SANTO, Decreto nº 9.802, 1929: 1).

Como vemos os objetivos traçados para o ensino musical se alinhavam com os novos ideais educacionais republicanos que vinham sendo divulgados no ES, por meio dos quais a escola serviria para despertar e cultivar o sentimento patriótico (SALIM, 2009). Isso fez com que as práticas musicais se dessem por meio de um repertório rigorosamente selecionado e composto, quase que exclusivamente, de hinos, canções patrióticas brasileiras, ou outras produções musicais reconhecidamente nacionalistas. Como vemos no trecho abaixo:

- § 1º. A escolha das musicas só poderá recahirem produções de autores brasileiros.
- § 2º. Não será permitido, nas escolas, o canto com letra de outro idioma que não seja o nacional, a não ser, excepcionalmente, nos casos de hinos de outras nações e com autorização do Secretario da Instrução (ESPÍRITO SANTO, Decreto nº 9.802, 1929: 1).

A transcrição demonstra que a escolha do repertório foi uma grande preocupação dos reformadores, já que qualquer exceção as indicações predeterminadas deveriam ser autorizadas diretamente pelo Secretario da Instrução. Outra questão que podemos destacar é que, em tom centralizador, o decreto delimitou a carga horária mínima para os ensaios e a obrigatoriedade da frequência dos alunos nas práticas musicais. Como vemos em:

- Art. 4º. – Os ensaios de Orpheão Escolar devem ser realizados uma vez por semana.
- § Unico – Para a Escola Normal, a hora dos ensaios, será, de preferência, a primeira do período da manhã.
- Art. 3º. – A frequencia nas aulas do Orpheão Escolar é obrigatória para todos os alumnos da Escola Normal, que ficarão sujeitos a ponto, para o effeito de perda de anno.
- § Unico – Essa disposição applica-se aos estabelecimentos particulares onde fôr introduzida a organização orfeônica (ESPÍRITO SANTO, Decreto nº 9.802, 1929: 1).

Para garantir que as aulas de música que já vinham ocorrendo nas escolas capixabas fossem integradas às novas propostas da reforma, foi decretado que “O professor de musica da Escola Normal Pedro II auxiliará o director geral dos Orpheões Escolares organizados na capital” (ESPÍRITO SANTO, Decreto nº 9.802, 1929:1). Além disso, Gomes Cardim ofertou vários cursos de formação para os professores de música que atuavam dentro e fora de Vitória (ES). Essa iniciativa, permitia não só a ampliação da oferta, mas também um

alinhamento das concepções pedagógicas para o ensino dessa linguagem, por meio da difusão do *Methodo Analítico*.

Com o objectivo de estender o mais promptamente possível a organização aos demais estabelecimentos de ensino do Estado, foram providos de professoras de musica o Grupo Escolar “Bernardino Monteiro” [do município] de Cachoeiro de Itapemirim e as Escolas Reunidas [da cidade ] de Collatina e Castello, tendo esses professores feito nesta Capital um estagio de habilitação para applicação do **methodo musical adoptado**, a fim de poderem, assim, iniciar a formação de novos coros orpheonicos (AGUIAR, 1930: 27, grifos nossos).

Como destacamos acima, o Methodo Analítico pautou, pedagogicamente, as novas formas de se ensinar e de se aprender música que Cardim introduziu nas escolas capixabas. Tais concepções foram subsidiadas pelas novas tendências educativas propagadas pelos educadores modernos (JARDIM, 2003). O método se apoiava na ideia de se utilizar dos recursos naturais e instintivos do ser humano relacionados à percepção sensorial, a memória, a percepção auditiva dos sons e a capacidade de reproduzi-los (JARDIM, 2003). A elaboração desse método para o ensino musical, que se iniciou nas escolas públicas de São Paulo, demonstrou a necessidade sentida, por parte de seus autores, de buscar conformidade com a filosofia educacional implantada pelos reformadores da Primeira República (FUKS, 1991).

Segundo Jardim (2003), na busca em se evitar as dificuldades do aprendizado da leitura e da escrita musical (partitura), optou-se, por um sistema de comunicação gestual para garantir a regularidade da execução, adaptando-se para essas práticas a técnica da manossolfa<sup>4</sup>. Tal recurso também foi utilizado em escolas capixabas, como podemos ver em trecho extraído do relatório do Governador Borges de Aguiar: “Em ambas as partes do programa, houve uma interessantissima demonstração de manossolfa improvisada a duas e tres vozes” (AGUIAR, 1930: 27).

O conjunto destas propostas representava uma série de inovações com a finalidade de se obter um resultado prático e rápido, garantindo a visibilidade, a audibilidade e a eficiência do método. Além disso, para aumentar a publicidade dos trabalhos musicais que vinham sendo desenvolvidos, foram realizadas várias apresentações musicais públicas envolvendo os alunos participantes das aulas. Em seu relatório de 1929, o Diretor Vivacqua menciona que,

Os orpheões escolares, cujos trabalhos de primeira organização no Estado foram começados em Abril do anno passado, inauguraram-se em Victoria, em 5 de Setembro do mesmo anno, com a presença da altas autoridades e mais de duas mil pessoas, no Theatro Carlos Gomes. A primeira parte do programa constou de 5 peças a duas e três vozes dos autores João Gomes Junior, Antonio Carlos, Francisco

Manoel e outros, cantadas pelo Orpheão Infantil, composto de 300 alunos da Escola Modelo e do Grupo Escolar “Gomes Cardim”. A segunda parte do programma constou de peças executadas por todos os alunos da Escola Normal, num harmonioso conjunto de 350 alunas (VIVACQUA, 1929: 27).

No trecho, chama-nos a atenção o grande número de alunos envolvidos (menciona-se 600 estudantes), os quais eram provenientes de escolas primárias e secundárias da Capital. Toda essa publicidade fazia parte de uma estratégia traçada por Cardim, a qual consistia em transparecer, pelos mais diferentes meios, as iniciativas que estavam sendo realizadas no interior das escolas. Em relatório apresentado por Vivacqua, em 1930, isso se evidencia: “Além de uma conferencia, em que demonstrou efficientemente as bases do novo ensino, o professor Gomes Cardim **fez innumeras palestras** orientando a parte pratica desse systema” (AGUIAR, 1930: 36, grifos nossos).

Merece ser destacado que a intenção de Vivacqua não se restringia em ofertar o ensino de música apenas nas escolas da capital. Como vemos em:

Os trabalhos de organização não se limitaram apenas á Capital do Estado. Assim é que uma vez organizados os trabalhos em Victoria, prosseguiu-se a execução do plano de reforma, extendendo-se ao interior do Estado. Foram inaugurados os coros orpheonicos do Grupo Escolar Bernadino Monteiro de Cachoeiro de Itapemirim, em 11 de Maio e os do Grupo Escolar “Aristides Freire” de Colatina, em 23 de março deste anno. (VIVACQUA, 1929:11, grifos nossos).

Com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, em 1930, a reforma da instrução pública capixaba foi bruscamente interrompida. Nesse contexto, ocorreu a destituição do Presidente do Estado Aristeu Borges de Aguiar e a retirada de toda a sua equipe de governo. Com as novas diretrizes propostas por Vargas para a educação brasileira, as ações que haviam sido iniciadas por Vivacqua foram paralisadas (SALIM, 2009) o que provocou a interrupção da implementação dos Orfeões Escolares no ES.

#### 4. Considerações Finais

Acreditamos que, mesmo de forma preliminar, a sinuosa análise das fontes e o cotejo com as demais produções acerca de nossa temática, permitiram vislumbrar um gradativo movimento de expansão dos espaços destinados ao ensino musical nas escolas capixabas, especialmente as que se materializaram entre os anos de 1928 e 1930, por meio do Projeto *Orpheões Escolares*. Contudo, de forma mais ampla, temos clareza de que as respostas para as questões propostas em nossa pesquisa dependem da realização de muitos outros estudos. Por enquanto, nossa única certeza é a necessidade de se prosseguir na busca da



sistematização de nossas fontes, conscientes do muito que ainda está por ser investigado, analisado e registrado sobre a história da educação musical no ES.

### Referências

- AGUIAR, Aristeu Borges de. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo por Dr. Aristeu Borges de Aguiar, Presidente do Estado do Espírito Santo em 22 de setembro de 1930*. Vitória: Imprensa Oficial, 1930.
- BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da história, ou o ofício do historiador*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria e Educação*, Porto Alegre, v.1, n.2, p. 177-229, 1990.
- ESPÍRITO SANTO (Estado). *Lei nº 1.693 de 29 de dezembro de 1928*. Dá nova organização à Instrução Pública Primária e Secundária. Vitória: Typ do Diário da Manhã, 1930.
- \_\_\_\_\_. *Decreto nº 9.802, 1929*. Dá instruções sobre a organização e funcionamento do Orpheão da Escola Normal “Pedro II”, e do Orpheão Infantil do Estado do Estado. Vitória: Typ do Diário da Manhã, 1929.
- FUKS, Rosa. *O discurso do Silêncio*. (Série Música e Cultura), Rio de Janeiro: Enelivros, 1991.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- JARDIM, V. L. G. *Os sons da República: o ensino da música nas escolas públicas de São Paulo na Primeira República – 1889-1930*. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.
- JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 1, p. 9-44, 2001.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- LE MOS Junior, Wilson: *O Canto Orfeônico: Uma investigação acerca do ensino de música na escola secundária de Curitiba (1931-1956)*, (Mestrado em Educação), 2005, Universidade Federal do Paraná, UFPR 2005.
- NUNES, C.; CARVALHO, M. M. C de. Historiografia da educação e fontes. *Cadernos da ANPED*, Belo Horizonte, n 5, p. 7 a 64, set. 1993.
- SALIM, Maria Alayde Alcantara. *Encontros e desencontros entre o mundo do texto e o mundo dos sujeitos nas práticas de leitura desenvolvidas em escolas capixabas na Primeira República*. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.
- VIVACQUA, Atilio. *O ensino público no Espírito Santo*. Entrevista concedida ao Diário da Manhã. Typ. do “Diário da Manhã” Vitória, 1929.

### Notas

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil.

<sup>2</sup> Gomes Cardim integrava a chamada geração dos normalistas republicanos que foi formada no contexto da reforma educacional do Estado de São Paulo (promovida logo após a proclamação da República). A base pedagógica do movimento eram os novos métodos de ensino, especialmente o método analítico, o qual passou a ser difundido em outros Estados, pelas missões de professores paulistas (SALIM, 2009).





<sup>3</sup> O movimento propunha um novo tratamento dos problemas educacionais. Pautava-se nas concepções educacionais modernas dos métodos ativos de ensino, propunha um conjunto de princípios renovadores das formas tradicionais de ensino. Iniciou-se com manifestações isoladas e adquiriu contornos nítidos com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, 1932, que teve o capixaba Atilio Vivacqua como um dos signatários (SALIM, 2009).

<sup>4</sup> Recurso utilizado para favorecer a correlação entre o movimento e a memória da melodia onde é atribuído a cada articulação da mão um som musical (JARDIM, 2003).